

## **ACÓRDÃO N.º 520/2025 - PLENO**

**PROCESSO:** TC N.º 011.892/2025

**ASSUNTO:** CONSULTA

**OBJETO:** POSSIBILIDADE DE A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE FIRMAR CONTRATOS DE GESTÃO (CONTRATOS DE DESEMPENHO) COM SUA PRÓPRIA REDE DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

**UNIDADE GESTORA:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2025

**CONSULENTE:** SR.<sup>a</sup> LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

**PROCURADOR-CHEFE DA FMS:** DR. MARCELO FANCO DAMASCENO DOS SANTOS

**RELATOR:** CONSELHEIRO-SUBSTITUTO ALISSON FELIPE DE ARAÚJO

**PROCURADOR DO MPC:** MÁRCIO ANDRÉ MADEIRA DE VASCONCELOS

**SESSÃO VIRTUAL DE JULGAMENTO DO PLENO, DE 9 A 15 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**EMENTA:** CONTROLE EXTERNO E DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSULTA. CONTRATOS DE GESTÃO. CONHECIMENTO. RESPOSTA NO SENTIDO DA POSSIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO COM SUA PRÓPRIA REDE DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE.

### **I. CASO EM EXAME**

1. Consulta para dirimir dúvidas acerca da possibilidade da Fundação Municipal de Saúde firmar contratos de gestão (contratos de desempenho) com sua própria rede de estabelecimentos de saúde.

### **II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. A questão em discussão consiste na viabilidade de a Fundação Municipal de Saúde formalizar instrumentos de gestão com os estabelecimentos de saúde que compõem sua própria estrutura administrativa, com o propósito de pactuar compromissos recíprocos voltados ao atingimento de objetivos de interesse público, expressos por meio de metas de desempenho.

### **III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. A Fundação Municipal de Saúde possui natureza jurídica de fundação pública autárquica, integrando a Administração Indireta do Município de Teresina. Suas unidades, hospitais, UPAs, centros de saúde e demais estabelecimentos, constituem órgãos despersonalizados, sem autonomia jurídica para contrair obrigações perante a própria entidade instituidora.
4. De acordo com a teoria clássica dos contratos administrativos, a formação de vínculo contratual pressupõe a existência de duas pessoas jurídicas distintas, entre as quais se estabelece relação bilateral com obrigações recíprocas. No caso em exame, por se tratar de ajustes celebrados entre a Fundação e unidades administrativas que integram a mesma estrutura organizacional, inexistente, portanto, relação contratual em sentido próprio.
5. Assim, a celebração de contratos de desempenho entre a FMS e suas unidades deve ser compreendida como mecanismo de planejamento, organização e gestão, voltado à descentralização de responsabilidades, definição de metas e monitoramento de resultados, em conformidade com os princípios da eficiência e da melhoria da qualidade dos serviços prestados.
6. Desse modo, embora o Município tenha editado a Lei Municipal n.º 6.161/2024, que regulamenta o contrato de desempenho previsto no art. 37, § 8º, da Constituição Federal, no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações, não é possível atribuir natureza contratual a ajustes firmados no interior da mesma pessoa jurídica, sob pena de violação à lógica jurídico-administrativa, razão pela qual se recomenda a instrumentalização de tais ajustes por meio do Termo de Compromisso de Gestão ou congênere, com natureza de ato administrativo interno de organização e gerenciamento, voltado à eficiência, à descentralização e ao alcance de resultados no âmbito da mesma pessoa jurídica.
7. Isso posto, proponho a resposta da consulta no sentido de que é possível a Fundação Municipal de Saúde estabelecer instrumento formal de pactuação de metas de desempenho com os estabelecimentos de saúde a ela subordinados, recomendando-se que seja feito por meio de instrumento interno de gestão, a exemplo de Termo de Compromisso de Gestão ou congênere, de natureza eminentemente organizatória e gerencial.

#### IV.DISPOSITIVO

8. Conhecimento da Consulta. Possibilidade de a Fundação Municipal de Saúde estabelecer instrumento formal de pactuação de metas de desempenho com os estabelecimentos de saúde a ela subordinados.

---

*Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 37, § 8º.*

*Sumário. Consulta. Município de Teresina. Fundação Municipal de Saúde. Exercício Financeiro de 2025. Conhecimento da Consulta. Possibilidade de a Fundação Municipal de Saúde estabelecer instrumento formal de pactuação de metas de desempenho com os estabelecimentos de saúde a ela subordinados. Decisão unânime.*

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, referentes a Consulta interposta pela Sr.<sup>a</sup> Leopoldina Cipriano Feitosa - Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no exercício financeiro de 2025, considerando a Decisão Monocrática n.º 002/2025 - C<sub>5</sub> ([pc. 12](#)), as informações da Secretaria do Tribunal (relatório da Diretoria de Fiscalização de Licitações e Contratações - DFCONTRATOS 3, [pc. 17](#)), o parecer ministerial ([pc. 20](#)), a proposta de voto do Relator, Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo ([pc. 23](#)), e o mais que dos autos consta, acordam os Conselheiros, **unânicos**, em consonância com o parecer ministerial, em:

- a) **Conhecer** a presente Consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos em lei;
- b) no mérito, **Respondê-la** no sentido de que é possível a Fundação Municipal de Saúde estabelecer instrumento formal de pactuação de metas de desempenho com os estabelecimentos de saúde a ela subordinados, recomendando-se que seja feito por meio de instrumento interno de gestão, a exemplo de Termo de Compromisso de Gestão ou congênere, de natureza eminentemente organizatória e gerencial.

**Presidente:** Conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros.

**Votantes:** Conselheiros Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Flora Izabel Nobre Rodrigues, Rejane Ribeiro de Sousa Dias e o Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo, em substituição ao Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva - Portaria n.º 806/2025.

**Conselheiro(s) Substituto(s) presente(s):** Jaylson Fabianh Lopes Campelo e Jackson Nobre Veras.

**Ausente(s):** Conselheiro Abelardo Pio Vilanova e Silva (Portaria n.º 806/2025) e Conselheiro Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara (Portaria n.º 136/2025).

**Representante do Ministério Público de Contas presente:** Procurador-Geral Plínio Valente Ramos Neto.

Publique-se. Cumpra-se.

Sessão Virtual de Julgamento do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, de 9 a 15 de dezembro de 2025.

*assinado digitalmente*

***Conselheiro Substituto Alisson Felipe de Araújo***

***Relator***

## ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 27 está assinada digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	Data e hora
02*.***.**4-44	ALISSON FELIPE DE ARAUJO	16/12/2025 11:39:04

**Protocolo:** 011892/2025

**Código de verificação:** 56862DB6-9C5A-4793-867E-EDBD370243D1

**Portal de validação:**

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento>

